

# Descoberta do corpo não terá influência nos rumos da CPI

Fotos de Gustavo Miranda

BRASÍLIA —

A descoberta do cadáver de Ana Elizabeth Lofrano e a confirmação da participação do economista José Carlos Alves dos Santos no crime não modificarão os rumos da CPI do Orçamento. O senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), presidente da CPI, afirmou ontem que o fato de o economista ser um criminoso não ameniza a gravidade de suas denúncias, que motivaram a criação da comissão. Mas Passarinho admite que a descoberta poderá servir de pretexto aos que querem esvaziar os trabalhos.

— Vão tentar esvaziar, mas não vão conseguir. Nada impedirá a CPI de continuar — afirmou.

O senador argumenta que, se não tivessem valor as denúncias feitas por criminosos, a operação Mãos Limpas, na Itália, não teria existido. De acordo com Passarinho, o importante para a CPI foram as denúncias de José Carlos sobre a máfia do Orçamento, muitas das quais comprovadas nas investigações.

— O fato dele estar envolvido com o crime não modifica absolutamente nada. A CPI nunca foi uma delegacia de Polícia para investigar esse crime. A CPI apura as denúncias que ele fez e já chegamos a muitas conclusões — disse Passarinho.

O relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), concorda com Passarinho. Magalhães observou que a CPI não se inspirou na credibilidade de José Carlos Alves dos Santos para começar suas investigações, mas na gravidade das denúncias que ele fazia. Se José Carlos, disse Magalhães, matou a mulher e mentiu, isso não significa que o economista também tenha mentido ao denunciar o esquema de corrupção na Comissão do Orçamento.

— Se fôssemos nos fundamentar na ficha criminal dele, não teria sequer havido CPI. Mesmo que morra, o que está apurado pela CPI permanece e vamos prosseguir nosso caminho. Ou pelo fato dele ser criminoso desaparecem, num passe de mágica, os cheques encontrados? Ou desaparecem as contas bancárias? — perguntou o deputado.



**Se fôssemos nos fundamentar na ficha criminal do José Carlos, não teria havido CPI**

Deputado Roberto Magalhães

Passarinho: 'A CPI não é uma delegacia de polícia'